II - de créditos passíveis de utilização em terminal de uso particular, por ocasião da sua disponibilização, cabendo o imposto à Unidade federada onde o terminal estiver habilitado.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II, a disponibilização dos créditos ocorre no momento de seu reconhecimento ou ativação pela empresa de telecomunicação, que possibilite o seu consumo no terminal.

Art. 2º-C Nas operações interestaduais entre estabelecimentos de empresas de telecomunicação com fichas, cartões ou assemelhados, a partir de 1º de janeiro de 2006, será emitida Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, com destaque do valor do ICMS devido, calculado com base no valor de aquisição mais recente do meio físico (Conv. ICMS 55/05 e 88/05). (AC)

Art. 2º-D Relativamente às prestações de serviço de que trata o art. 2º-B, poderão ser exigidos relatórios analíticos de receitas e sua respectiva documentação comprobatória, nas transações com créditos pré-pagos. (Conv. ICMS 55/05) (AC)

Art. 5º O caput do art. 7º do Decreto nº 10.200, de 23 de novembro de 1999 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º No caso de serviço de telecomunicação prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, será observado até 31 de dezembro de 2005, o seguinte, ficando convalidados os procedimentos adotados no período de 1º de junho de 2005 a 23 de agosto de 2005 (Conv. ICMS 41/00 e 88/05):” (NR)

Art. 6º Ficam acrescentados os §§ 1º e 2º ao art. 5º do Decreto nº 9.232, de 30 de setembro de 1994, com as seguintes redações:

“Art. 5º

§ 1º O estabelecimento que efetuar a retenção do imposto deverá remeter, a partir de 05 de julho de 2005, em arquivo eletrônico, à Secretaria da Fazenda, até 10 (dez) dias após qualquer alteração de preços, a tabela dos preços sugeridos ao público. (Conv. ICMS 60/05) (AC).

§ 2º Os estabelecimentos obrigados a efetuar retenção de ICMS na forma prevista neste Decreto, encaminharão, até 30 de setembro de 2005, em arquivo eletrônico, a tabela dos preços sugeridos que vigoraram a partir de janeiro de 2000 à Secretaria da Fazenda. (Conv. ICMS 60/05) (AC).”

Art. 7º Os dispositivos a seguir indicado do Decreto nº 9.417, de 20 de outubro de 1995, passam a vigorar com a seguinte alteração:

I - o “caput” do art. 7º, mantidos os incisos I a V:

“Art. 7º A CONAB/PGPM emitirá, a partir de 1º de agosto de 2005, a Nota Fiscal, com numeração única para este Estado, em 5 (cinco) vias, com a seguinte destinação (Conv. ICMS 62/98 e 70/05): (NR)

- I - 1ª via - destinatário;
- II - 2ª via - CONAB/contabilização (via Fixa);
- III - 3ª via - órgão fazendário de sua jurisdição fiscal;
- IV - 4ª via - Fisco da Unidade federada de destino;
- V - 5ª via - Armazém depositário;

II - o § 2º do art. 10:

“Art. 10

§ 2º Considera-se saída, a partir de 1º de agosto de 2005, o estoque existente no último dia de cada mês, sobre o qual, nos termos deste artigo, ainda não tenha sido recolhido o imposto diferido (Conv. ICMS 107/98, 92/00 e 70/05). (NR)

Art. 8º O inciso XXII do art. 87 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.560, de 13 de abril de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: (NR)

“Art. 87

XXII - antes de iniciada a saída de lingotes e tarugos de metais não ferrosos, classificados na sub-posição 7403.1, a partir de 05 de julho de 2005, e nas posições 7401, 7402, 7501, 7601, 7801, 7901 e 8001, da tabela de incidência do IPI, aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, em guias em separado, observado o disposto no § 12: (Conv. 86/05) (NR)

- a) internas;
- b) interestaduais (Conv. ICM 17/82 e 30/82)

Art. 9º Fica acrescentada a alínea “j” ao inciso III do § 3º do art. 1º do Decreto nº 9.227, de 30 de setembro de 1994, com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 3º

III -

j) Paraná, a partir de 05 de julho de 2005 (Conv. 81/05). (AC)

Art. 10. O § 5º do art. 1º do Decreto nº 9.227, de 30 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 5º Relativamente ao Estado do Rio de Janeiro, aplicam-se as disposições deste Decreto em relação às operações destinadas às Unidades federadas signatárias do Convênio ICMS 76/94, de 30 de junho de 1994 (Conv. ICMS 144/03, 145/04 e 14/05). (NR)

Art. 11. O Anexo VIII do Decreto nº 9.732, de 13 de junho de 1997, passa a vigorar com a redação dada por este Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), de 2005.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO Nº 32.043 DE 26 DE Dezembro DE 2005

*ANEXO VIII
Anexo acrescentado pelo Dec. nº 11.551, de 22 de novembro de 2004, art. 23.
Art. 3º, §§ 9º-C e 17 do Dec. nº 9.732/97.
REQUERIMENTO
REGIME ESPECIAL COMO CONTRIBUINTE SUBSTITUTO
(CONVÊNIOS ICMS 52/05 E 53/05)

1. QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE			
RAZÃO SOCIAL			
ENDEREÇO		BAIRRO OU DISTRITO	
MUNICÍPIO	CEP	FONE(S) Nº(S)	FAX (Nº)
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL (Nº)	
2. OUTRAS INFORMAÇÕES (INCLUSIVE CADASTRAIS)			
2.1. O ESTABELECIMENTO JÁ ESTÁ INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DESTA ESTADO?			
☐ SIM Nº DA INSCRIÇÃO: _____ ☐ NÃO			
2.2. _____			
3. ATIVIDADE ECONÔMICA:		SERVIÇO OBJETO DO PEDIDO (CONVÊNIOS ICMS 52/05 E 53/05)	
☐ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO		☐ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO MEDIDOS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA, VIA SATÉLITE. ☐ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO MEDIDOS DE ACESSO À "INTERNET"	
4. Senhor Secretário.			
O contribuinte acima qualificado, anexando a documentação exigida, requer que lhe seja concedida, inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Piauí, como substituto, na forma do art. 34, § 1º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.560/89, de 13 de abril de 1989.			
Local e Data: _____ de _____ de 20__			
ASSINATURA DO REQUERENTE			